



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO RELATIVO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ANUAL E TRIMESTRAIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2025, COM A EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE REVISÃO, PARECERES, E CARTAS DE RECOMENDAÇÃO SOBRE AS ANÁLISES REALIZADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS E ANUAL.

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.939.467/0001-15, com sede na Rua Deputado Federal Chagas Duarte, n.º 219, Bairro São Pedro, Boa Vista - Roraima, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADOR**, inscrito no CPF n.º 376.027.482-04 e portador do RG n.º 89.261 SSP/RR, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, **MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA**, inscrito no CPF n.º 940.537.822-87 e portador do RG n.º 207.421 SSP/RR, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, CEP n.º _____, e-mail: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, inscrito no CPF n.º _____ e portador do RG n.º _____, conforme contrato social/ato constitutivo/procuração apensada à(s) folha(s) _____, tendo em vista o que consta no **PROCESSO N.º 063/2025**, têm, por mútuo consenso, por meio do presente instrumento, contratado o que a seguir declaram, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

1.1. O presente contrato fundamenta-se:

1.1.1. Na Licitação Pelo Rito Procedimental Similar ao da Modalidade Pregão, na Forma Presencial Nº ____/20____, amparada pelo artigo 32, IV da Lei Federal nº 13.303/2016, pelo artigo 89, § 1º do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, pelo Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos da CAER, pela Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), pela Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações correlatas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto deste contrato consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ANUAL E TRIMESTRAIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2025, COM A EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE REVISÃO, PARECERES, E CARTAS DE RECOMENDAÇÃO SOBRE AS ANÁLISES REALIZADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS E ANUAL.**

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. A Proposta da CONTRATADA;

2.2.3. Os anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$** _____ (_____), conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL E INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) E ELABORAÇÃO DA CARTA DE RECOMENDAÇÕES TRIMESTRAIS (CIT)	UND	4		
02	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ANUAL E ELABORAÇÃO DA CARTA DE RECOMENDAÇÃO ANUAL	UND	1		



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

TOTAL	
--------------	--

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

4.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;

4.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar o recebimento definitivo dos serviços;

4.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do Instrumento Contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DA RENOVAÇÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato poderá ser renovado, observando-se o artigo 200 do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS

7.1. Os prazos do contrato poderão ser prorrogados, observando-se os artigos 201 e 202 do RILC.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, no prazo de um ano contado da data limite para apresentação da proposta na licitação, em ____/____/____.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. Verificar, no prazo estabelecido, a conformidade do objeto com as especificações constantes neste Instrumento Contratual e na proposta, para fins de aceitação provisória e recebimento definitivo dos serviços.

9.1.2. Garantir as condições necessárias para que a Contratada cumpra com as obrigações estabelecidas neste Instrumento Contratual.

9.1.3. Prestar esclarecimentos e fornecer informações que venham a ser solicitados pela Contratada para a execução do objeto contratado.

9.1.4. Autorizar a entrada dos empregados da Contratada nas dependências da Contratante, conforme necessário, para a execução das atividades pertinentes aos serviços contratados.

9.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos serviços prestados, conforme o cronograma e as condições ajustadas no contrato.

9.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão ou servidor designado especificamente para essa função.

9.1.7. A Administração não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, mesmo que relacionados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos da Contratada, seus empregados, prepostos ou subordinados.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

9.1.8. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre qualquer imperfeição, falha ou irregularidade observada nos serviços prestados, para que sejam corrigidos de forma adequada.

9.1.9. Rejeitar, no todo ou em parte, qualquer serviço executado em desacordo com as especificações previstas no Instrumento Contratual, conforme as diretrizes e normas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. A Contratada se obriga a cumprir todas as obrigações constantes neste Instrumento Contratual e em sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.1.2. A Contratada deverá executar os serviços em perfeitas condições, conforme as especificações, prazos e local definidos no Instrumento Contratual.

10.1.3. A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedem a data da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.1.4. A Contratada deve manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.1.5. A Contratada deverá indicar um preposto para representá-la durante a execução do contrato, com poderes para resolver questões emergentes.

10.1.6. A Contratada deverá utilizar profissionais habilitados e em quantidade compatível com a execução dos serviços, garantindo que sua equipe atenda às exigências deste Instrumento Contratual.

10.1.7. A Contratada deverá atender prontamente às consultas da CAER, objetivando subsidiá-la nas suas decisões, informando sobre as atividades específicas que lhe forem atribuídas.

10.1.8. A Contratada deverá participar de reuniões, sob demanda, com os representantes da CAER, a fim de esclarecer eventuais questões técnicas.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

10.1.9. A Contratada será responsável por todos os ônus e obrigações tributárias, trabalhistas, securitárias, previdenciárias e demais encargos previstos na legislação aplicável, não transferindo tais responsabilidades à Contratante.

10.1.10. A Contratada, por seus sócios, diretores, gerentes, empregados e prepostos, deverá manter absoluto sigilo sobre dados e informações acessados durante a execução do contrato, tanto durante a vigência quanto após o encerramento do contrato, respondendo integralmente por danos decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade. A violação do sigilo pode acarretar sanções contratuais e legais, inclusive criminais.

10.1.11. A Contratada deverá nomear, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, um preposto responsável pela execução do contrato e um substituto para garantir a adequada execução dos serviços.

10.1.12. A Contratada deve abrir um canal de comunicação, como e-mail ou telefone celular, para facilitar o contato contínuo entre ambas as partes durante a execução do contrato.

10.1.13. A Contratada deverá responder à demanda da Contratante em até 3 (três) dias úteis, prestando todas as informações ou esclarecimentos solicitados.

10.1.14. A Contratada deverá substituir, reparar, remover ou corrigir, às suas expensas, qualquer serviço que apresente vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estipulado pela fiscalização, sem ônus adicional para a Contratante.

10.1.15. A Contratada será responsável por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias, de acordo com a legislação pertinente, sendo que a inadimplência nessas áreas não transfere responsabilidade para a Contratante.

10.1.16. A Contratada deverá relatar à Contratante qualquer irregularidade verificada durante a execução dos serviços, adotando as providências cabíveis.

10.1.17. A Contratada assegura à Contratante os seguintes direitos relacionados aos produtos gerados:

10.1.17.1. A propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, incluindo eventuais adequações e atualizações, permitindo à Contratante distribuí-los, alterá-los e utilizá-los sem limitações, após o recebimento de cada parcela do contrato.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

10.1.17.2. Os direitos autorais sobre soluções, projetos, especificações técnicas, documentação produzida, e demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, sendo vedada a sua utilização sem autorização expressa da Contratante. Caso ocorra uso indevido, a Contratada estará sujeita a multa e outras sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Deverão ser incluídos nos preços todos os custos e quaisquer despesas, diretas e indiretas, decorrentes de todos os serviços propostos, incluindo despesas com viagens, transporte, hospedagem, encargos trabalhistas e previdenciários, impostos, taxas, assim como qualquer custo, despesa ou encargo decorrente da prestação dos serviços ora licitados.

11.2. Para todos os serviços, deverão ser emitidos relatórios em 3 (três) vias originais, assinadas e encadernadas, além de serem disponibilizados em meio eletrônico, nos formatos PDF, EXCEL e WORD.

11.3. O Relatório de Revisão Especial de Informações Trimestrais (ITR) e o Relatório/Parecer sobre as Demonstrações Contábeis Anuais deverão ser elaborados com observância às normas e procedimentos legais de auditoria independente editados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, bem como pelas legislações societária, previdenciária, trabalhista e fiscal, além de outras normas específicas aplicáveis à CAER, e demais normas e procedimentos atualizados e vigentes no final de cada período auditado.

11.4. As cartas de recomendação dos achados dos Auditores Independentes, tem a finalidade de apontar os erros presentes.

11.5. Os exames dos balanços deverão ser conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil, abrangendo:

11.5.1. Planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações, o sistema contábil e de controles internos da CAER;

11.5.2. A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas.

11.6. As Demonstrações Contábeis (mensais, trimestrais e anuais) a serem avaliadas compreendem: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas (apenas nas Demonstrações Contábeis Trimestrais e Anual), complementada pelo Relatório da Administração (apenas nas Demonstrações Contábeis Anual).

11.7. A execução dos serviços de auditoria abrangerá, necessariamente, as seguintes atividades:

11.7.1. Avaliação das Demonstrações Contábeis (trimestrais e anuais), das Notas Explicativas (trimestrais e anuais) e do Relatório da Administração (anual);

11.7.2. Verificação e emissão de opinião sobre a adequação das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas às Normas Brasileiras de Contabilidade e aos padrões internacionais;

11.7.3. Avaliação do estoque da CAER, com realização mínima de 04 (quatro) visitas ao almoxarifado da Companhia, conforme as auditorias trimestrais;

11.7.4. Avaliação dos bens patrimoniais da CAER, com a realização de 04 (quatro) visitas à sede e, se necessário, às localidades do interior, conforme as auditorias trimestrais;

11.7.5. Avaliação do ambiente de Controles Internos e Riscos da CAER: deverá contemplar os controles operacionais, financeiros e administrativos que sejam relevantes e representativos para as Demonstrações Contábeis dos períodos auditados. O Relatório/Parecer sobre os Controles Internos e de Riscos deverá contemplar as constatações (fatos relevantes identificados), as implicações e os riscos para a CAER, além das recomendações com vistas à adoção de medidas corretivas cabíveis em cada caso;

11.7.6. Avaliação do Patrimônio Líquido: constituição e destinação das reservas, em conformidade com a legislação pertinente;

11.7.7. Revisão da apuração do lucro real, com o objetivo de determinar se os cálculos do lucro real e da contribuição social sobre o lucro líquido devidos obedecem às disposições fiscais aplicáveis às operações da Companhia;

11.7.8. Revisão da apuração do PIS e do COFINS, com o objetivo de verificar se os créditos e débitos apurados obedecem às disposições fiscais aplicáveis às operações da CAER;

11.7.9. Revisão dos controles internos operacionais, financeiros e administrativos, incluindo os sistemas informatizados relacionados com o ambiente contábil e comercial



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

(faturamento, contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa), em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras;

11.7.10. Comunicação à CAER sobre as alterações de normas existentes e obrigatórias, bem como novas regulamentações para as sociedades anônimas de capital fechado;

11.7.11. Revisão dos dados do ECD correspondente ao ano de 2025;

11.7.12. Avaliação dos créditos a receber e das obrigações da CAER;

11.7.13. Realização de auditoria específica, em atendimento às solicitações dos Conselhos de Administração e Fiscal, com emissão de relatórios;

11.7.14. Revisão mensal dos arquivos da Escrituração Fiscal Digital e Retenções, bem como outras informações fiscais EFD-REINF;

11.7.15. Revisão mensal das Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF e DCTFWEB);

11.7.16. Revisão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), bem como revisão dos procedimentos adotados e validação dos valores escriturados nas partes “A” e “B” da ECF, referente ao ano-calendário de 2024;

11.7.17. Elaboração conjunta com os técnicos da CAER das Notas Explicativas Trimestrais e Anual;

11.8. A contratada deverá comparecer presencialmente às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Assembleia Geral Ordinária da CAER e Comitê de Auditoria – as quais serão agendadas posteriormente – para apresentação dos Relatórios de Revisão Especial de Informações Trimestrais (ITR) e do Relatório/Parecer sobre as Demonstrações Contábeis Anuais. Para isso, deverão ser agregados os respectivos gastos no custo total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A contratada deverá apresentar os Relatórios de Revisão Especial de Informações Trimestrais (ITR) e o Relatório/Parecer sobre as Demonstrações Contábeis Anuais, dirigidos ao Conselho de Administração da CAER, bem como aos Diretores e ao Comitê de Auditoria, conforme o cronograma de entrega dos serviços:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

DEMONSTRATIVO DE VISITAS TRIMESTRAIS
1ª VISITA TRIMESTRAL E ENTREGA DO RELATÓRIO ITR – MÊS DE OUTUBRO (15/10/2025)
2ª VISITA TRIMESTRAL E ENTREGA DO RELATÓRIO ITR – MÊS DE JANEIRO (15/01/2026)
3ª VISITA TRIMESTRAL E ENTREGA DO RELATÓRIO ITR – MÊS DE ABRIL (15/04/2026)
4ª VISITA TRIMESTRAL, ENTREGA DO RELATÓRIO ITR E ENTREGA DA CARTA DE RECOMENDAÇÃO ANUAL – MÊS DE JULHO (15/07/2026)

12.2. O cronograma de execução dos serviços poderá ser alterado de comum acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. Os serviços deverão ser executados na sede da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, localizada à Rua Deputado Federal Chagas Duarte, nº 219, Bairro São Pedro, em Boa Vista/RR, CEP: 69.306-490, de segunda a sexta-feira.

13.2. A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no dia disposto no cronograma do subitem 12.1 deste Instrumento Contratual.

13.3. Em caso de imprevistos que venham a impossibilitar a execução dos serviços dentro do prazo estipulado, a contratada poderá solicitar, devidamente justificada, a prorrogação do prazo inicial, desde que a solicitação seja feita dentro do prazo estabelecido para a execução.

13.4. A solicitação de prorrogação do prazo deverá ser realizada dentro do prazo inicial estabelecido. Caso a solicitação seja feita de forma intempestiva ou sem a justificativa adequada, será indeferida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exime a Contratada de sua responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes da execução inadequada do contrato. A Contratada permanece responsável por corrigir quaisquer falhas identificadas, mesmo após o recebimento.

14.2. Ao final de cada período de execução, o fiscal do contrato poderá rejeitar os relatórios, total ou parcialmente, caso não atendam às especificações estabelecidas neste Instrumento Contratual. A Contratada será notificada sobre as falhas e deverá realizar as correções, reexecuções ou substituições necessárias dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Instrumento Contratual.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.3. O recebimento provisório será realizado ao final de cada fase ou período de execução dos serviços, conforme os prazos estabelecidos no cronograma de execução, previsto no subitem 12.1. O fiscal do contrato, ou a comissão designada, realizará o recebimento provisório, verificando se os serviços prestados estão de acordo com as especificações estabelecidas neste Instrumento Contratual.

14.4. O recebimento definitivo, que atesta a conclusão e a conformidade dos serviços executados, será efetuado pela comissão ou empregado designado para esse fim. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do último relatório ou documento, conforme cronograma disposto no subitem 12.1, desde que todas as pendências e falhas apontadas no recebimento provisório tenham sido devidamente corrigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES

16.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

16.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

16.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

16.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

16.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

16.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

16.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

- a)** em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- b)** pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;
- c)** por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d)** no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- e)** no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

16.8. Ocorrendo infração contratual apenada apenas coma sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

16.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

16.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

16.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

16.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

16.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

16.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

16.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

16.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

16.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

16.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

16.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. A extinção dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto nos artigos 247 a 249 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - RILC/CAER.

17.2. A extinção dos contratos, de acordo com o art. 247 do RILC/CAER, poderá ocorrer:

17.2.1. Pela via natural, quando verificado o cumprimento total das obrigações firmadas pelas Contratantes;

17.2.2. Por fato anterior ou contemporâneo à sua celebração, nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso II do art. 247 do RILC/CAER;

17.2.3. Por fato posterior à sua celebração, nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "f1", "f2" e "f3" do inciso III do art. 247 do RILC/CAER;

17.2.4. Pela morte do Contratado, quando este for Pessoa Física.

17.3. Constituem motivo que autorizam a CAER exercer o direito de resolução do contrato, conforme art. 248 do RILC/CAER, dispensado provimento judicial nesse sentido:

17.3.1. O descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais pelo Contratado;

17.3.2. A alteração da pessoa do Contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CAER;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem, não admitidas pela CAER e que causem prejuízo à execução do objeto.

17.3.3. O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

17.3.4. O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 17.3.5.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratado;
- 17.3.6.** A decretação de falência ou a insolvência civil do Contratado;
- 17.3.7.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do Contratado, desde que prejudique a execução do contrato;
- 17.3.8.** Razões de interesse da CAER, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- 17.3.9.** A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- 17.3.10.** A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- 17.3.11.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 17.3.12.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- 17.3.13.** Quando o Contratado for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria de Compliance ou equivalente.
- 17.4.** Os casos de resolução contratual por ato unilateral da CAER devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado ao Contratado direito ao contraditório e ampla defesa prévios, por meio da instauração.
- 17.5.** Quando a resolução do contrato ocorrer por ato unilateral da CAER, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos instrumentos convocatório e contratual e neste RILC/CAER:
- 17.5.1.** Assunção imediata do objeto contratado pela CAER, no estado e local em que se encontrar;
- 17.5.2.** Retenção para execução da garantia contratual e de eventuais créditos devidos ao Contratado, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos e multas impostas pela CAER;
- 17.5.3.** Impedimento de participar de licitações e firmar contratos com a CAER até que seja finalizado o processo administrativo para apuração das responsabilidades e eventual aplicação de sanções ao Contratado.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

17.6. Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa do Contratado, este será, conforme art. 249 do RILC/CAER, ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e, ainda terá direito a:

17.6.1. Devolução da garantia;

17.6.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

17.6.3. Pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Os recursos necessários à execução deste contrato correrão por conta do Programa Orçamentário: 4000.17122010.001.000/304/001, do orçamento do **CONTRATANTE**.

18.2. Para cobertura das despesas relativas ao presente contrato foi emitida a Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços n.º ____, datada de __/__/__, no valor de R\$____ (_____).

18.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, pelo Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos da CAER, pelo Manual de Contratação Direta por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação da CAER, pela Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), pela Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais Legislações Correlatas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

20.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

20.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA REVISÃO CONTRATUAL

21.1. A revisão contratual dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto no artigo 221 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - RILC/CAER.

21.2. Salvo nas contratações em que seja adotada cláusula de matriz de riscos e alocação das responsabilidades, o contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Contratado e a retribuição para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

21.3. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

21.3.1. Comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;

21.3.2. O evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;

21.3.3. O evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;

21.3.4. O efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;

21.3.5. Restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

21.3.6. O efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, firmou-se o presente contrato, o qual é assinado pelos representantes das partes, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2025

Assinam:

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro

PELA CONTRATADA:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

NOME DO REPRESENTANTE

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____

2. _____ CPF nº _____